



TERRA CHÃ
Centro Interpretativo do Toiro celebra Festa Brava

página 6



CINCO RIBEIRAS
Freguesia virada para o mar quer apostar em zona de lazer

página 3



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 44 . outubro/2022 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



PRORURAL+



Governo dos Açores



PORTUGAL 2020



UNÃO EUROPEIA
 Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
 A Europa investe no seu futuro



ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA CÂMARA DO COMÉRCIO DE ANGRA DO HEROÍSMO, MARCOS COUTO

FAZER DESCOLAR O TURISMO EM TODAS AS ILHAS

O líder da CCAH, Marcos Couto, defende que o verão turístico correu "muito bem" nos Açores, mas mantém que é preciso desenvolver o setor em todo o arquipélago. página 05



PAULA SOUSA
Presidente do Conselho de
Administração da GRATER

EDITORIAL

O que é nosso tem valor imensurável

Chegado o mês de setembro e na transição verão/outono, é oportuno olharmos para os últimos meses, perspetivando os tempos que se avizinham.

A situação atual tende a refletir-se em diversos fatores condicionantes no plano de vida de cada pessoa e famílias. Um olhar atento nas taxas de inflação, taxas de juro, a escassez de matérias-primas, os condicionamentos nas cadeias de abastecimento, são situações que exigem uma análise detalhada, focando-nos – na nossa opinião – nas forças que marcam os nossos recursos.

E um desses recursos é o nosso património rural/ local, particularmente na sua componente turística.

Isto porque, conforme comprovado nos últimos meses, os Açores entraram na retoma turística, com unidades hoteleiras e serviços conexos esgotados ou com afluências muito acima dos valores registados nos últimos anos.

Tal cenário prova que os Açores foram a escolha de muitas famílias para passarem as suas férias e que a nossa capacidade instalada reúne as condições para consolidar o setor turístico regional.

Para isso, é fundamental que nos centremos num ponto - quem nos visita ou visitou, espera encontrar paisagens terrestres e aquáticas únicas, tradições genuínas, modos e maneiras de fazer e estar, que os remetam para outras experiências. Quem nos visitou e visita mergulha no nosso mar e na nossa ruralidade, sabendo que é isso que nos distingue.

Logo, é aí que reside a nossa força e identidade enquanto destino turístico. Não significa isso que tenhamos de nos cristalizar, sendo apenas um espaço de memórias para turista ver. Significa, ao invés, ter a capacidade de valorizar e atualizar o passado e sustentar o futuro. São disso exemplo, do artesanato à gastronomia; da hotelaria à animação turística bem como a nossa produção, assente na sustentabilidade ambiental e no respeito das normas de bem-estar animal.

A aposta na preservação dos nossos habitats e paisagens rurais, requalificando-os se necessário, de modo a assegurar a sua visita em plena harmonia com a natureza é essencial. Saibamos continuar nesse caminho, porque nele – acreditamos – reside a nossa força e o nosso futuro.

O que é nosso tem imenso valor. Saibamos aproveitá-lo.

Lado a lado, convosco, a Grater estará presente a ajudar a trilhar estes caminhos.

OPINIÃO

Recuperação económica será aquilo que quisermos ter



VÍTOR MENDES
Presidente do Núcleo Empresarial da Câmara do Comércio
de Angra do Heroísmo na Graciosa

No que ao nosso futuro diz respeito, a recuperação da economia pós pandemia é, sem dúvida, um fator decisivo para uma contínua evolução positiva da humanidade. Apesar dos Açores serem uma ínfima parcela deste planeta, também temos de dar o nosso contributo. E, como tal, há que fazer uma análise ao ponto de partida, e ao rumo que queremos seguir, para que deixemos de, quando as coisas correm mal, nos limitarmos a arranjar desculpas e não a atribuir responsabilidades a quem não cumpriu, mas também não é responsabilizado, ficando a conta nos ombros dos restantes contribuintes.

Ao longo da nossa existência como sociedades humanas, temos sido “orientados” por decisões autoritárias, e, mais recentemente, algumas aparentemente democráticas, mas ambas assentes na natureza humana pela sede de poder. Nas primeiras, as pessoas são “orientadas” pelo medo de tudo, nas segundas (tendencialmente capitalistas), pelo da escassez, o que implica procurar em nós superpoderes que nos permitam alcançar o mais elevado estatuto social possível, para ajudar a mitigar esse medo.

No ponto em que nos encontramos da pandemia COVID19, e segundo evidências, temos de contar com mais vagas, sobretudo nas épocas sazonais mais propícias, e viver com isso com o que já aprendemos até aqui. Da última vaga

pandémica do início do ano já quase nos esquecermos, no entanto, e mesmo com os constrangimentos causados pelos escassos transportes marítimos de passageiros, e outros, é unânime que em termos turísticos terá sido um dos melhores verões de sempre. Mas e quanto ao impacto económico? E ambiental? E da qualidade de resposta dos serviços associados a essa atividade? E quantidade dos mesmos? E os outros setores de atividade? Continuamos a ter uma enorme falta de mão-de-obra agravada em quase todos, com uma qualificação e respetivas competências muito débeis (estamos no século XXI), e a motivação para o trabalho? Será que andam pessoas a mais a viver sem trabalhar? Ou serão as condições de oferta de emprego pouco atrativas para as expectativas dos candidatos, e os apoios sociais serem excessivos em relação às reais necessidades de alguns que deles usufruem, absorvendo recursos em excesso ou que fariam falta a quem realmente depende para ter uma vida minimamente digna?

Estes exemplos de questões, entre outras, deverão fazer parte de uma estratégia para um ponto de partida de uma real recuperação económica e confiança num futuro próspero, que deverá passar no mínimo por pactos entre as forças políticas que nos “orientam”. Claro que tudo isto olhando para o nosso pequeno universo Açores, onde a recuperação da economia parece ser um facto neste momento, mas ainda é muito cedo para concluir, existem muitos argumentos a ter em conta, para além de não nos podermos alhear da conjuntura global.

Como tal, a recuperação da economia será mais aquilo que quisermos ter, desde que nos mobilizemos como cidadãos, e que estejamos bem informados e determinados com uma estratégia comum acertada, sabendo “orientar” quem nos “orienta”, exigindo responsabilidades e impondo consequências, pois por regra ninguém assume poder por imposição.



ESPAÇO ASSOCIADO

FREGUESIA DAS CINCO RIBEIRAS O lugar que convida a lá viver

A Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras continua a trabalhar na fixação das crianças na sua área de residência escolar e no turismo. Aposta numa zona de lazer para toda a comunidade.

Luís Leal está no segundo mandato como presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras e o seu objetivo permanece o mesmo: “Trabalhar e dinamizar a freguesia”, com vista a criar melhores condições para lá se residir. Segundo o presidente da junta de freguesia, as Cinco Ribeiras, próxima de Angra do Heroísmo e virada para o mar, tem argumentos para fixar mais população.

A zona balnear, destaca, “é o ponto alto a nível turístico e de visita”, juntando-se o parque de campismo. “Vamos tentando manter esse espaço da melhor forma, também com o apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo”, refere.

Na iniciativa privada, Luís Leal reconhece “toda a importância” de empresas ligadas ao turismo, artesanato e restauração, “entre outras não menos importantes, conhecidas por toda a freguesia, incluindo também na restante ilha e fronteiras além da região”.

No campo social e educativo, foi criado um Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), com apoio do Governo Regional. “Era uma dificuldade que tínhamos. O



projeto surgiu para ajudar à fixação de famílias com crianças na freguesia”, adianta.

O CATL, que integra a Casa do Povo, foi inaugurado em setembro de 2021. “Era preciso dar algum valor à escola, uma vez que o número de alunos inscritos era bastante reduzido. Iam para outros CATL’s”, acrescenta o presidente da junta de freguesia.

Ao inaugurar-se o CATL, permitiu-se que os próprios residentes procurassem uma resposta nesta localidade e não nas restantes, contribuindo para um aumento significativo de inscritos na EBI/JI das Cinco Ribeiras.

A Casa do Povo das Cinco Ribeiras também tem um Centro de Convívio, dirigido à população mais idosa, uma forma de “manter os idosos mais ativos e parti-

cipativos”.

Na freguesia, existe também o Centro Social e Paroquial, que presta serviços aos idosos das restantes freguesias dos dois concelhos.

Nas Cinco Ribeiras, vivem cerca de 700 habitantes, numa comunidade que se mantém envolvida. “Temos várias atividades. É claro que ainda queríamos ir mais longe e temos ambição de criar outras infraestruturas e outros serviços. Não conseguimos de uma hora para a outra, mas estamos a trabalhar para isso”, frisa Luís Leal.

TURISMO E TERRAS

O futuro nas Cinco Ribeiras também passa pelo turismo. Verifica-se um aumento do investimento em diversas áreas ligadas ao setor, nomeadamente em alojamentos

locais e na restauração.

No entanto, a freguesia continua com uma forte componente agrícola. “Ainda é um dos setores económicos com mais peso. Da parte da junta, temos desenvolvido alguns projetos nesse âmbito”, realça Luís Leal.

Atualmente, as Cinco Ribeiras conta com três ganadarias. O presidente da junta de freguesia refere é importante “manter as tradições sempre vivas”.

“No fundo, temos vários serviços que não são só para a freguesia, mas também para a comunidade da nossa ilha”, afirma o autarca.

ZONA DE LAZER

O que preocupa mais o autarca nas Cinco Ribeiras? “Que corra tudo pelo melhor, no sentido das instituições funcionarem bem. Preocupa-me a manutenção dos espaços. Manter a freguesia limpa e em condições, para as pessoas que cá vivem e também para as que nos visitam se sintam bem”, garante Luís Leal.

Estão identificadas necessidades, como a criação de casas de banho públicas e encontra-se em construção um armazém da junta, que estará ao serviço dos movimentos e instituições da freguesia.

No topo dos projetos está uma zona de lazer. A junta de freguesia já adquiriu o terreno, com o apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, mas a verba para avançar é significativa.

“Ainda não conseguimos evoluir, porque falta o financiamento”, indica.

Na zona de lazer, seriam criados um parque infantil, uma casa de apoio para convívios e, uma vez que se está em terra de ganadeiros, uma pequena praça de toiros. A junta de freguesia defende que seria importante que várias entidades, como a GRATER, mas também o Município e o Governo Regional, concedessem apoio. “Seria um projeto tripartido, para que consigamos elaborar a obra”, frisa Luís Leal.

O percurso para as Cinco Ribeiras está desenhado: Uma freguesia que se melhora para quem já lá vive e que se prepara para quem a visita.



PROJETOS EXEMPLARES

ADEGA DE DIMAS PIRES NO POSTO SANTO

A casa dos vinhos Canjirão

Dimas Pires garante que sempre gostou de trabalhar. Conta que, desde muito cedo, aprendeu o valor do esforço.

Agente da Polícia de Segurança Pública, durante sete anos ocupou as horas vagas na construção civil. “Depois, houve um senhor que me perguntou se eu queria ficar com a vinha dele, para explorá-la. Na brincadeira, disse que sim, mas não sabia se um pé de vinha dava uvas para a frente ou para trás”, brinca.

Em maio de 2013, Dimas Pires iniciou a atividade como vitivini-cultor. Tem vinhas nos Biscoitos, em São Bartolomeu e no Porto Judeu.

A adega de laboração foi construída no Posto Santo, um projeto apoiado através de uma candidatura apresentada na GRATER. A taxa de comparticipação foi de 50%, o que representou um montante de 24.127,04 euros, atribuído no âmbito do programa PRORURAL +.

O projeto permitiu criar uma adega devidamente preparada e dimensionada para o aumento da produção e para a criação de vinhos com Indicação Geográfica Protegida (IG).

Hoje, na adega nascem os vinhos Canjirão Tinto, Branco e Verdelho. Além disso, Dimas Pires produz muito do vinho de cheiro que é colocado nas mesas das festas da ilha.

Diz que este ano foi “extremamente complexo, de pouca uva, o que é muito triste”.

Em 2021, que já foi fraco, produziu cerca de 10.500 litros de vinho de cheiro, 4.500 litros de vinho IG tinto e 1.050 litros de vinho branco. “De verdelho, uma casta que produz muito pouco, só tirei 350 litros”, explica.

Em tempos mais prósperos para as vindimas, podem sair da adega valores como 23 mil litros de vinho de cheiro ou mais de 10 mil de vinho tinto IG.

“A adega tem vindo a crescer,



por isso é que tive de aumentar, obrigatoriamente, o espaço e as condições”, refere Dimas Pires, que acrescenta: “Se a GRATER não existisse e não facilitasse os projetos em si, hoje eu não tinha concluído a adega”.

Quando lhe perguntam sobre o estado do setor, mostra reservas. “O presente é atribulado em relação às vinhas, porque as condições climáticas mudaram”, explica.

Também gostava de ver no terreno mais apoio técnico e incentivos financeiros equiparados para cooperativas e privados.

Vai fazendo o seu caminho, numa área difícil. Mas o esforço, como Dimas Pires sempre soube, compensa: Os seus vinhos estão em quase todos os restaurantes da Terceira e em vários restaurantes de São Miguel, chegaram à Madeira e vendem-se no El Corte Inglés, no Porto e em Lisboa.

CENTRO INTERPRETATIVO DO TOIRO NA TERRA CHÃ

O berço da festa brava



As touradas à corda enchem hoje as ruas, os muros e as varandas das freguesias da ilha Terceira, mas foi na Terra Chã que foi criada a primeira ganadaria, com o nome “Irmãos Corvelo”.

O presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã, Bruno Fagundes, explica que a ganadaria participou em corridas de toiros na antiga Praça de São João, em Angra do Heroísmo.

A primeira tourada à corda da ilha Terceira foi também nas festas do Império da Terra Chã.

Para lembrar esse património, foi inaugurado, a quatro de setembro, na Quinta da Fonte Faneca, o Centro Interpretativo do Toiro. O projeto obteve, através de uma candidatura submetida à GRATER, um apoio no valor de 18.423,83 euros, no âmbito do programa PRORURAL +.

No centro interpretativo podem encontrar-se chocalhos, agulhadas, cabeças de toiro, vestimentas tauro-máquicas da praça e de corda, fotos de ganadeiros, de pastores e de outros elementos ligados à festa brava. A intenção é “reunir mais adereços”, assegura Bruno Fagundes.

São destacadas as personalidades da Terra Chã ligadas à tauromaquia, como o bandarilheiro João Pedro Silva, a “dar cartas” no país e fora dele.

É também recordado Ricardo Jorge, que foi fotógrafo ambulante, diretor de corridas e presença frequente na comunicação social. Numa ilha que gosta tanto de touradas, o novo centro é uma mais-valia para a Terra Chã. Pretende ser um cartão-de-visita. “Queremos contactar agências de viagens e entrar no roteiro turístico”, afirma o autarca.

ENTREVISTA

MARCOS COUTO, PRESIDENTE DA
CÂMARA DO COMÉRCIO DE ANGRA DO HEROÍSMO

Pensar o turismo além de São Miguel

O presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo (CCAH), Marcos Couto, defende que é preciso alavancar o setor turístico em todas as ilhas. A Terceira, diz, está mais “proativa”.

Como decorreu este ano turístico, na perspetiva da CCAH?

Julgo que correu muito bem. As taxas de ocupação foram superiores a 2019, ano pré-pandemia e isso é fator de grande ânimo, não só quando olhamos os anos de 2020 e 2021, mas também quando projetamos os anos que se seguem. Mesmo com toda a incerteza que a conjuntura mundial apresenta.

Foi um ano em que a promoção da ilha Terceira gerou alguma polémica. O que pode ser dito sobre isso, agora que estamos no final da época alta?

Julgo que hoje é claro que foi uma polémica totalmente infundada, com a mesma força com que apareceu, desapareceu. Uma polémica pautada pela ignorância de quem fez e tomou a liderança nas críticas, com claros objetivos de limitar a ação da CCAH, da promoção da ilha Terceira e dos Açores. Só mentes pouco esclarecidas e com segundos objetivos podem criticar uma medida que tem por objetivo ajudar o turismo dos Açores. Neste momento, já ninguém coloca em causa os benefícios, para todos os Açores, das ações previstas.

Falando em época alta, combater a sazonalidade é sempre um velho problema. O que pode ser feito neste campo?

Tudo, porque nada está feito. O verão não é problema para o turismo nos Açores. Felizmente, o inverno não é problema para o turismo em São Miguel, mas é um grave problema para as restantes oito ilhas. Temos de, definitivamente, deixar de pensar o turismo nos Açores como São Miguel e ajudar a alavancar as restantes ilhas. Neste momento, é essencial que se aposte na promoção dos Açores e no fluxo turístico na época baixa. Ao fim destes anos todos e fruto do trabalho que foi feito em anos passados, os Açores começam a ser conhecidos. Pois bem, temos que continuar esse trabalho, com claro foco na época baixa. Por exemplo, deixando de negociar novas rotas para o verão. Não temos capacidade para mais e a nossa imagem começa a ser, em algumas situações, como por exemplo a qualidade de serviços e a quantidade de turismo, beliscada.

Como encara a questão específica da Graciosa?



sa? O que falta para esta ilha encontrar o seu lugar no mercado turístico?

Com muita preocupação. Temos feito tudo para ajudar aquela ilha e a participação conjunta na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) é um bom exemplo desse trabalho conjunto. No entanto, necessitamos que os graciosenses se juntem ao nosso esforço. Dou um exemplo: A CCAH lançou, pela primeira vez na história da promoção turística dos Açores, uma campanha de escapadinhas, em conjunto com a TopAtlântico e os hipermercados Continente, exclusivamente dedicada às ilhas da Graciosa e São Jorge. O hotel da Graciosa recusou participar nessa iniciativa, por entender que o preço é baixo. Estamos a falar de uma ocupação na época baixa e ao mesmo preço que é praticado para todas as campanhas nos Açores. Assim fica difícil ajudar esta ilha.

No campo dos transportes marítimos, como avalia a CCAH a situação atual? Os ferries fazem falta ou a questão foi colmatada pela Tarifa Açores (a 60 euros para residentes na região)?

É um novo paradigma. Não podemos comparar as duas realidades, já que assentam em

princípios e propostas de desenvolvimento diferentes. Dito isto, acho que um arquipélago não pode virar completamente costas ao mar, pelo que entendo que existem algumas questões que podem ser melhoradas no transporte marítimo de passageiros inter-ilhas. As duas realidades podem e devem ser complementares e não exclusivas entre si. É um caminho que se faz caminhando.

Quais são os principais constrangimentos que ainda afetam o desenvolvimento da Terceira e da Graciosa, no campo turístico e não só?

São realidades diferentes. Diria que a Graciosa, pelo exemplo que dei, tem que alterar algumas posturas internas e ser um pouco mais proativa. A verdade é que este executivo camarário tem feito um grande esforço nesse sentido, mas a população e o tecido empresarial têm de ajudar mais, sendo que entendemos as dificuldades, dada a realidade demográfica da ilha. A Terceira começa a entender que, mais do que se queixar dos outros, tem de começar a fazer por si. Ninguém nos vai ajudar se não formos muito proativos, e isso começa a acontecer. A realidade está a mudar.

NOTÍCIAS

ADOÇÃO DE “MEDIDAS EXCECIONAIS DE REDUÇÃO DA PROCURA DE ELETRICIDADE”

Comissão Europeia traça medidas face a aumento dos preços da energia

A Comissão Europeia propôs uma intervenção de emergência nos mercados europeus de energia para fazer face ao aumento dos preços, que considerou “dramático”.

O objetivo traçado é a adoção de “medidas excepcionais de redução da procura de eletricidade que contribuirão para fazer baixar o custo para os consumidores, bem como de medidas que visam redistribuir as receitas excedentárias do setor da energia em benefício dos consumidores finais”.

A Comissão Europeia frisou, em comunicado, a 14 de setembro, que a primeira coisa a fazer para combater os preços elevados é reduzir a procura, “o que pode ter um impacto positivo a nível dos preços da eletricidade e apaziguar o mercado”.

É sugerido que os consumidores sejam obrigados a reduzir o consumo de eletricidade em pelo menos 5% durante as horas de ponta. “Os Estados-Membros serão obrigados a identificar os 10 % de horas durante os quais o preço previsto é mais elevado e a reduzir a procura durante essas horas de ponta”, é acrescentado. Uma das metas é que os Estados-Membros reduzam a procura glo-



bal de eletricidade em cerca de 10%, até 31 de março de 2023. Os Estados-Membros podem escolher as medidas a adotar para alcançar este objetivo, que podem incluir uma compensação financeira.

A Comissão pretende, entre outras medidas, criar uma contribuição de solidariedade temporária sobre as receitas excedentárias

geradas por atividades nos setores do petróleo, do gás, do carvão e das refinarias não abrangidas pelo limite máximo aplicável às receitas inframarginais.

“Esta contribuição temporária permitiria manter os incentivos aos investimentos durante a transição ecológica. Seria cobrada, pelos Estados-Membros, sobre a parte dos lucros de 2022 que

excedam o aumento de 20% dos lucros médios dos três anos precedentes. As receitas seriam cobradas pelos Estados-Membros e redirecionadas para os consumidores de energia, em especial os agregados familiares vulneráveis, as empresas mais afetadas e as indústrias com utilização intensiva de energia”, espera o organismo europeu.

Sistema de gestão de plásticos para o setor agrícola regional

Os partidos da coligação que suporta o Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM) anunciaram a entrega, no Parlamento Açoriano, de um projeto de resolução que recomenda ao executivo a “criação de um mecanismo de gestão de plásticos do fluxo agrícola”.

“Atendendo a que a agricultura representa 10% do valor acrescentado bruto na economia dos Açores, importa avaliar a necessidade da criação de um sistema de gestão de resíduos agrícolas na Região Autónoma dos Açores”, afirmou a deputada do PSD, Vitória Pereira.

“Propomos ao Governo Regional

que elabore um levantamento e caracterização sobre a gestão dos resíduos do fluxo agrícola na região, assinalando as áreas prioritárias de acordo com a especificidade de cada ilha e cada concelho”, disse.

Segundo a parlamentar, o setor agrícola açoriano produz anualmente perto de 1.800 toneladas de resíduos. “Devem ser melhor aproveitados através de uma recolha mais eficiente”, frisou.

Filmes plásticos, os fios e redes, os rolos de silagem, as mangueiras, os tubos de irrigação e os sacos de rafia de polipropileno são os resíduos mais comuns.



NOTÍCIAS

POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM PARA O PERÍODO 2023-2027

Plano Estratégico de Portugal representa 197 milhões para os Açores

O Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) significa para os Açores um montante de cerca 197 milhões de euros.

“Estes fundos comunitários assumem uma nova oportunidade para os investimentos agrorurais nos Açores, tendo em conta que 99% do território é considerado predominantemente rural”, afirmou o secretário regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, António Ventura, em declarações prestadas depois da aprovação do PEPAC pela Comissão Europeia.

No final de agosto, foram aprovados os planos estratégicos de sete países: Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Polónia, Portugal e Espanha.

“Este passo dá-se num momento crucial, em que se tornou muito clara a importância de prestar um apoio sólido ao nosso setor agrícola. Os agricultores enfrentam uma situação difícil, marcada pelo aumento acentuado dos custos de produção devido à agressão russa contra a Ucrânia e pela recente seca estival. A atividade agrícola constitui um negócio de longo prazo e os agricultores europeus precisam de um quadro jurídico e financeiro claro para o futuro”, afirmou o comissário responsável pela pasta da Agricultura, Janusz Wojciechowski.

“A nova PAC ajudará a garantir a estabilidade dos meios de subsistência agrícolas e a segurança alimentar a longo prazo, favorecen-



do um setor agrícola inteligente, competitivo, resiliente e diversificado”, referiu.

Para o período 2023-2027, a PAC conta com um financiamento de 270 mil milhões de euros. Os sete planos que tiveram luz verde da Comissão Europeia representam 120 mil milhões de euros, 34 mil milhões de euros destinados a objetivos ambientais e climáticos e para os regimes ecológicos. Portugal terá 6.700 milhões de euros.

O plano contém verbas que incluem os apoios ao rendimento, os programas setoriais e os programas de desenvolvimento rural para o continente, Madeira e Açores.

O Ministério da Agricultura e da Alimentação anunciou, a 18 de julho, que “após um intenso processo de diálogo estruturado com as diferentes Direções-Gerais da Comissão Europeia”, o PEPAC tinha sido submetido.

Nessa altura, o Ministério avan-

çou, em comunicado, que o “Plano Estratégico da PAC promove uma gestão ativa do território, garantindo maior equidade na distribuição dos apoios, valorização da pequena e média agricultura e acautelando as especificidades regionais”.

“Este instrumento é essencial na promoção do investimento e no rejuvenescimento do setor, contribuindo para a transição climática e digital”, frisou o Ministério da Agricultura e da Alimentação.

Federação Agrícola quer conservar 60 milhões de euros de apoios ao setor

A Federação Agrícola dos Açores defendeu a manutenção, no próximo ano, dos apoios ao setor pelo Governo Regional, que, em 2022, foram de perto de 60 milhões de euros.

“Apesar de sabermos que vai haver reduções, no setor os compromissos assumidos vão continuar. Se houver uma redução, será residual. No orçamento anterior houve 60 milhões de euros para a agricultura. Penso que estaremos a falar dentro desse valor”, disse o presidente da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita.

O líder da federação falava após uma reunião, a 16 do mês passado, com o presidente do Governo Regional, José Manuel Bolieiro, no âmbito da elaboração das antepropostas de Plano e Orçamento para 2023.

Jorge Rita apontou as “ajudas aos rendimentos dos trabalhadores e as infraestruturas agrícolas” como áreas de investimento prioritário.

“A grande preocupação transversal a todos tem a ver com a inflação e aumento das taxas de juro”, vincou.



NOTÍCIAS

DESCIDA DE PRODUÇÃO EM 25%

Região repete ano mau para a produção de uva

O ano de 2021 tinha já sido fraco para a produção de uva nos Açores e 2022 trouxe vindimas ainda mais reduzidas.

A Comissão Vitivinícola Regional (CVR) estimou a descida de produção em 25%, com os números do Pico a pesarem na estatística.

Na Terceira, o decréscimo aproximou-se dos 50%. “A Adega Cooperativa dos Biscoitos, em 2019, recebeu 17 toneladas de uva. Em 2021, entraram seis toneladas. Estamos agora a falar de perto de três mil quilos de uva”, apontou o presidente da Adega Cooperativa, Ricardo Rodrigues.

“Temos, de uma vez por todas, de acabar com as vinhas perdidas na paisagem protegida dos Biscoitos. Esse é um aspeto, aumentar a área de produção. Depois, é tor-



nar isto minimamente apelativo para os jovens, senão vamos ver vinhas abandonadas”, afirmou, ci-

tado pelo Diário Insular.

A secretária regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

garantiu que os vitivinicultores serão apoiados, depois de calculadas as quebras concretas.

CURIOSIDADES do mundo rural

O morcego açoriano

Sabia que os Açores têm uma espécie de morcego endémica?

O Morcego dos Açores (*Nyctalus azoreum*) está presente na Terceira, Graciosa, Faial, Pico, São Jorge, São Miguel e Santa Maria. É, além disso, o único mamífero endémico do arquipélago.

Pensa-se que, tal como uma pequena população de *Pipistrellus pygmaeus*, em Itália, seja a única espécie de morcegos que caça de dia. Este hábito pode dever-se à falta de predadores.

Se os morcegos lembram histórias mais assustadoras, a realidade é bem diferente, com estas espécies a jogarem um papel essencial nos ecossistemas.

No início de setembro, a secretária

regional do Ambiente e Alterações Climáticas anunciou a criação de um plano de ação para a conservação dos morcegos dos Açores.

O secretário regional com a pasta do Ambiente, Alonso Miguel, referiu o papel ecológico dos morcegos, “nomeadamente ao nível do controle de pragas de insetos, uma vez que se alimentam de insetos voadores como, por exemplo, traças, besouros, mosquitos e térmitas”.

Ao Morcego dos Açores junta-se na nossa região o Morcego da Madeira, endémico desse arquipélago. O morcego da Madeira também voa nos céus das Canárias e nas ilhas das Flores, Corvo, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa Maria.

